



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais
Diversidades e (Des)igualdades
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II
Campus de Ondina

**Estudantes de países africanos de língua oficial portuguesa nas
universidades brasileiras:
tensões de sociabilidade e dinâmicas identitárias.**

Sara Santos Morais (Universidade de Brasília)

Kelly Cristiane da Silva (Universidade de Brasília)

Resumo

Este artigo discute certos aspectos dos processos de socialização de estudantes africanos vindos de países de língua oficial portuguesa em cursos de graduação na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de São Paulo (USP). Entre outras coisas, abordamos o modo como tais estudantes assimilam as práticas lingüísticas e pedagógicas existentes nas universidades, vivenciam as tensões raciais existentes em nosso país e a partir dessas e outras experiências com estudantes brasileiros e de outras nacionalidades (re)elaboram suas posições no mundo. Indicam-se, ao longo da argumentação, algumas das variáveis que participam da composição das distintas interpretações que os estudantes atribuem a suas trajetórias no Brasil. Percebe-se, aliás, a existência de múltiplos significados para tais trajetórias, denominadas por alguns de diáspora, mas não por outros, que chamam atenção para a necessidade de continuarem a ser reconhecidos como estrangeiros.

Palavras-chave: cooperação internacional, PALOP, identidades.

Este artigo discute certos aspectos dos processos de socialização de estudantes africanos vindos de países de língua oficial portuguesa em cursos de graduação na Universidade de Brasília (UnB) e na Universidade de São Paulo (USP). Entre outras coisas, abordamos o modo como tais estudantes assimilam as práticas lingüísticas e pedagógicas existentes nas universidades, vivenciam as tensões raciais existentes em nosso país e a partir dessas e outras experiências com estudantes brasileiros e de outras nacionalidades (re)elaboram suas posições no mundo. Indicam-se, ao longo da argumentação, algumas das variáveis que participam da composição das distintas interpretações que os estudantes atribuem a suas trajetórias no Brasil. Percebe-se, aliás, a existência de múltiplos significados para tais trajetórias, denominadas por alguns de diáspora, mas não por outros, que chamam atenção para a necessidade de continuarem a ser reconhecidos como estrangeiros.

Em 2008, estavam matriculados regularmente em cursos de graduação 91 estudantes na UnB e 99 na USP. Os estudantes de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe vêm para o Brasil através do Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), um acordo diplomático entre o Brasil e 47 países, que prevê, entre outras coisas, a permanência do aluno durante todo o período hábil à conclusão de seu curso universitário e a posterior volta para o país de origem. Trata-se, portanto, de um fenômeno que pode ser denominado, num primeiro momento, migração temporária, tal como abordado por Subuhana (2005) e Mungoi (2007). Tal categoria qualifica, a um só tempo, o movimento de deslocamento dos estudantes de seus países de origem o qual, contudo, é regulado por acordos bilaterais que o fazem, em tese, serem necessariamente temporários, dada a obrigatoriedade do retorno quando do término dos cursos de graduação. Entretanto, parte dos fenômenos que condicionam a vinda desses atores ao Brasil e seu retorno a seus países de origem constitui uma dinâmica de práticas duradouras, como será discutido no final do texto.

A partir de uma perspectiva comparativa acerca das problemáticas que emergem da inserção desses estudantes nas duas universidades, busca-se compreender certas tensões surgidas na vida acadêmica que refletem a complexidade dos mecanismos envolvidos nessa modalidade de migração. O texto está estruturado, assim, em três partes principais e um quarto tópico de considerações finais. Na primeira

analisaremos os conflitos vivenciados por esses sujeitos com a língua portuguesa e com o contexto mais amplo das práticas pedagógicas nas universidades supracitadas. A segunda seção é dedicada a algumas reflexões acerca da questão racial e da maneira como os estudantes tematizam sua posição no Brasil, ora como estrangeiros, ora como sujeitos em diáspora. Na terceira parte problematizamos a questão da identificação e diferenciação entre os estudantes, sobretudo no que diz respeito ao modo como a origem nacional opera como um sinal diacrítico, expresso mediante as línguas utilizadas pelos estudantes em seu cotidiano e pelos padrões de socialização entre eles. Finalmente, concluímos o texto colocando certos aspectos da análise proposta em perspectiva, à luz do diálogo com estudos que abordaram cenários etnográficos similares.

Os dados discutidos abaixo foram produzidos mediante dois anos de observação etnográfica a respeito de tais problemáticas na UnB e na USP, como parte de um projeto de investigação que procurava compreender as implicações subjetivas que práticas de cooperação internacional trazem para os agentes sociais nelas envolvidos.¹ Estamos, pois, diante de dados que nos revelam algumas das faces humanas que acordos inter-estatais tomam no cotidiano da vida universitária.

1. As línguas “portuguesas”

A língua portuguesa, tal como falada e escrita no Brasil, representa um tipo de problema na inserção de muitos estudantes assim que se deparam com o contexto universitário, pois é um dos principais indicadores da sua posição como estrangeiros no Brasil. São recorrentes as dificuldades com o manejo da língua entre os estudantes durante, pelo menos, os dois primeiros semestres de estudo, de modo que alguns se sentem inclusive envergonhados de se manifestarem por temerem repreensões de seus colegas e professores. Nesse quadro, muitos estudantes relatam a falta de tolerância de muitos docentes com suas “deficiências” lingüísticas, o que agrava ainda mais o quadro de insegurança e incertezas que marcam os primeiros meses de inserção dos mesmos no Brasil. Vê-se, pois, como sugere Costa (2008, p.8), que a língua portuguesa “constitui assim um elemento complexificador da

¹ O projeto de pesquisa no âmbito do qual a investigação que deu origem a este artigo foi produzida intitula-se “Cooperação Internacional e a Formação do Estado em Timor-Leste.”

estruturção identitária destes estudantes já que, para muitos deles, o português não é língua materna e foi noutra língua que começaram a existir e que adquiriram a sua primeira identidade”.

Embora oriundos de países em que o português é o idioma oficial do Estado, para muitos desses alunos a utilização dessa língua estava restrita a situações de estabelecimento de relações burocráticas com a administração pública em espaços como escolas, embaixadas, órgãos do governo. Como para aqueles oriundos de Cabo Verde e de Guiné-Bissau, toda a comunicação em seu cotidiano familiar e de amizades era feita em crioulo. Por outro lado, os estudantes angolanos, moçambicanos e são-tomenses afirmam que, mesmo em contextos familiares, a língua portuguesa é a mais utilizada. Alguns dos estudantes de todas essas nacionalidades conhecem outras línguas de seus países, principalmente pela convivência com pessoas mais velhas da família, como avós e tios, mas dificilmente conversavam fluentemente e freqüentemente através delas. Importante ressaltar que a grande maioria das pessoas ouvidas na pesquisa morava nas capitais de seus países antes da vinda para o Brasil, cidades onde a língua oficial é mais difundida. Enquanto alunos de Cabo Verde e Guiné-Bissau estão sempre conversando entre si em crioulo na universidade, aqueles vindos de Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe o fazem em português.

No contexto da pesquisa, as línguas faladas entre os estudantes são instrumentos de identificação e diferenciação: 1) na relação entre eles próprios; 2) na relação entre eles e os estudantes brasileiros; e, por fim 3) na interação entre eles e os colegas não-brasileiros de outras nacionalidades. Estudantes de Guiné-Bissau e Cabo Verde conversam em crioulo na maioria das situações em que a convivência é estabelecida entre eles. Mesmo quando há brasileiros ou estrangeiros de outra nacionalidade, aqueles que se relacionam em crioulo não deixam de fazê-lo na presença desses. Essa é, pois, uma das razões levantadas pelos estudantes brasileiros para justificar porque muitos estudantes estrangeiros dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa) vivem isolados entre si. Segundo aqueles, o maior problema da não socialização entre brasileiros e “africanos” é a língua que falam somente entre eles, no caso, o crioulo. Os alunos dos PALOP, por outro lado, confrontados com essa questão do distanciamento em relação aos colegas brasileiros, atribuem a estes a falta de iniciativa e interesse em aproximar-se, já

que são os “anfitriões”. “Se chegasse um brasileiro na Guiné hoje, certamente seria bem tratado por qualquer um”, comentou um estudante guineense.

Situações nas quais se encontram uma maioria de cabo-verdianos ou guineenses e poucos angolanos, moçambicanos ou são-tomenses, as conversas certamente são em crioulo. Presenciamos um encontro entre estudantes guineenses e três angolanas em que estas não entendiam nada do que seus colegas falavam, ficando muito insatisfeitas com isso. Questionadas sobre seu “distanciamento” por um dos amigos, as meninas responderam que “em Angola não se fala crioulo, se vocês não sabem”. No entanto, o quadro é mais complexo do que esse. Os estudantes oriundos de países como Moçambique e Angola, nos quais a utilização da língua portuguesa em contextos urbanos é mais sedimentada, tendem a interagir mais proximamente com os estudantes brasileiros justamente em função das habilidades lingüísticas das quais dispõem. Este não é, entretanto, o único motivo para tal proximidade e não significa, menos ainda, que alguns alunos cabo-verdianos ou guineenses não estabeleçam relações íntimas com os colegas brasileiros. A tendência observada pode estar relacionada, além disso, à quantidade de estudantes de cada país nas universidades. Ou seja, o número de alunos vindos de Cabo Verde e Guiné-Bissau é superior ao número de alunos oriundos de outras nacionalidades tanto na UnB quanto na USP, o que estimula uma maior interação entre conterrâneos.

O primeiro contato com a universidade é marcado para muitos estudantes pela maneira como os alunos brasileiros se relacionam com os professores. Uma atmosfera “informal” e até de amizade entre aluno e professor em sala de aula é motivo de estranhamento. Relatos de certo pavor ao presenciar os alunos brasileiros colocando os pés nas cadeiras da sala durante a aula ou usando gírias para fazer perguntas ao professor, além de dirigir-se ao mesmo pelo primeiro nome são recorrentes entre os estudantes dos PALOP quando procuram dar sentido a sua experiência nas universidades brasileiras. Todos dizem que sempre estudaram em locais onde a autoridade daquele que ensina é o que mais vale numa sala de aula, na qual o docente é sempre tratado como “senhor professor”. Atribuem esse padrão de interação entre professor e aluno em seus países de origem como um legado do sistema de ensino português.

Depois do estranhamento e de alguns anos estudando no Brasil, prevalece a postura crítica de muitos estudantes. “Acho muito legal a liberdade que vocês têm

com os professores aqui”, elogiou uma estudante cabo-verdiana, reiterando que “quando voltar, quem sabe consigo ir mudando aos poucos a postura na escola como professora”. Interessante notar que o sistema de ensino no Brasil é avaliado pelos estudantes por oposição ao modo como experimentaram o sistema de ensino em seus países de origem. A avaliação positiva do aprendizado nas duas universidades está fortemente vinculada às mudanças de visão de mundo que o contato com o contexto pedagógico brasileiro imprime em suas trajetórias pessoais.

2. A questão racial, o “ser estrangeiro” e a diáspora

Os dados produzidos durante a pesquisa indicam que a discriminação racial é sofrida em várias situações, dentro e fora das duas universidades. Na UnB, os relatos sobre práticas de racismo sofridas dentro da universidade são mais frequentes, principalmente depois do incêndio em três apartamentos de estudantes africanos em março de 2007. Na USP, apenas um estudante afirmou ser vítima de racismo dentro da universidade e especialmente no Crusp (Conjunto Residencial da USP); a maioria disse que não vê possibilidade de acontecer algo como o que se passou na UnB. Alguns estudantes sugerem que no Brasil o preconceito é velado. Entretanto, essa posição é minoria e muitas situações que relatam o preconceito sofrido foram narradas, como esta:

Nossa, uma vez, então, nós estávamos, assim, a andar, era por volta de onze horas da noite, éramos 4 ou 5 pessoas, estávamos na Barra Funda, então de repente um moço falou, olha esse grupo de bandidos. Nós ficamos chocados, como assim, bandidos? Estávamos a passar normalmente, não tinha nada a ver. Até uma outra vez eu estava com o E., ele foi me acompanhar em casa, e estava a passar um outro moço, do outro lado da estrada. Então nós paramos no condomínio, assim, pra eu entrar. O moço via, ele viu que parou, ele estava a tentar voltar pra trás, quando ele viu que a porta abriu e ia entrar, ele tentou voltar de novo. Nós olhamos, assim, um pro outro, o que ele quis dizer com isso? Então, acho que existe, assim, e muito. Há uns que tentam disfarçar, mas outros deixam bem claro. (estudante angolana)

Situações relacionadas a atendimentos em lojas, supermercados ou restaurantes em Brasília e em São Paulo são comentadas recorrentemente. Uma aluna relatou-nos, por exemplo, que foi a uma loja num shopping comprar um

presente para a irmã que mora em Moçambique; assim que entrou, nenhum dos vendedores veio falar com ela, embora a loja estivesse vazia e com muitos funcionários. Só vieram atendê-la quando perceberam que ela falava com um sotaque distinto do deles, concluindo, conseqüentemente, que era estrangeira e estava ali “para gastar”.

Carlos Subuhana (2005) discute a maneira como os estudantes moçambicanos começam a entender que, no Brasil, o negro pertence a uma classe social baixa e é discriminado pela “tonalidade de pele”. O autor indica que no Rio de Janeiro muitos estrangeiros apontam o preconceito racial como uma das principais e mais insidiosas causas de incômodo no cotidiano da sociedade brasileira. As práticas de racismo sofridas por esses estudantes revelam que no Brasil eles são confundidos com o “negro brasileiro” e essa identificação é sentida por muitos como um tipo de negação de seu pertencimento nacional.

Uma postura crítica em relação à questão racial no Brasil, tal como percebida pelos estudantes estrangeiros, foi evocada pelo angolano Abdu Ferraz, fundador da ONG L.A.E.A (Liga dos Amigos e Estudantes Africanos).² De acordo com ele,

(...) dentro do espaço universitário, há sensação de não racismo entre os jovens, então, para esse estudante que vem da relação de Estado para Estado, de governo para governo, esse estudante corre o risco, e eu digo que é risco de fato, de viver no Brasil sem ter conhecido o Brasil se ele permanecer no espaço universitário. (..)Nós temos que nos adaptar e saber nesse contexto qual o nosso papel na nova sociedade, porque passamos a ser sujeitos ativos dessa sociedade. (...) Porque você vai ter na faculdade um colega seu que é negro, uma colega sua negra, e muitas das vezes, em muitas universidades, o maior contato do jovem branco com o jovem negro acontece com negro africano, não com o negro brasileiro. (...) Os negros são empregados na casa dele, e ele não os enxerga como pares. Os únicos que estão frente a frente como pares somos nós africanos. (...) Viemos para cá, pegamos gírias brasileiras, o brasileiro continua achando que somos estrangeiros, vamos aos nossos países somos estrangeiros. Estamos fritos. Lamentavelmente, talvez por sorte, e aí a nossa dor é maior, somos então nós, os samaritanos dessa nova era, que vai de um lado, é angolano, vai para outro lado, é brasileiro. (...) Eu não estou reinventando laços, eu não estou forçando a barra para

² Abdu é um ex-estudante angolano que está no Brasil há dez anos.

dizer que sou brasileiro. Eu sou legitimamente brasileiro, porque os meus ancestrais tombaram aqui.

A perspectiva de Abdu é bastante dissonante daquelas expressas pelos estudantes com os quais interagimos. Quando ele sugere que dentro da universidade o jovem não sente racismo, está argumentando que, dentro das universidades brasileiras, que são instituições de elite, não se sofre preconceito racial, já que o que mais conta é a sua posição em estar lá dentro, de estudante africano, e não como negro brasileiro, que ainda é minoria nos cursos de graduação do país. Tal argumento caminha na mesma direção das sugestões de Subuhana (idem), ao discutir o modo como os estudantes moçambicanos davam sentido a suas experiências no Rio de Janeiro: “o que notamos em quase todas as entrevistas é o reconhecimento de que o ser universitário e estrangeiro atenua a experiência negativa que representa descobrir-se em desvantagem social pela simples pigmentação da pele” (Subuhana, 2005, p. 99). Os dados produzidos ao longo da pesquisa sugerem ainda que os estudantes não se sentem brasileiros, à diferença da posição de Abdu Ferraz. A posição de estrangeiro foi muito enfatizada na USP e isso só reforça o distanciamento através do qual essas pessoas se enxergam em relação ao brasileiro.

Alguns estudantes se consideram, ainda, “africanos em diáspora”, expressando percepções de deslocamento e pertencimento múltiplo, as quais, contudo, não são vivenciadas sem tensão. Comentários como “não sei mais de onde sou”; “chego lá, sou brasileiro, volto pra cá, sou moçambicano”; “sou de todos os lugares”, foram recorrentes no desenvolvimento da pesquisa. Na USP, essa posição foi descartada por alguns estudantes, a partir, por exemplo, da seguinte narrativa:

Eu sou estrangeiro, eu sei de onde eu saí. Se tem uma maior mentira é isso (não se sentir estrangeiro no Brasil). Por mais que você queira, não tem como não se sentir estrangeiro. Porque quando um brasileiro aqui, um paulistano vai te abordar, a primeira coisa que ele pergunta é de onde você vem, porque a sua cor é diferente, a pronúncia, o sotaque é diferente. (...) Com certeza vou estar no Brasil, mas jamais me sentirei daqui. Se alguém te disser isso está fingindo (que não é estrangeiro). (...) Então basta abrir a boca, a pessoa pergunta “você é de onde?” (...) Todo dia que você sai, você é abordado com algo que faz você lembrar que não é brasileiro. Como é ser africano em diáspora, mas não estrangeiro? Se eu não me sinto estrangeiro, me sinto alguém fora

do lugar. (...) Africano em diáspora... todo mundo está fora de casa, fora do país é em diáspora, agora, não deixa de ser estrangeiro, porque você já tem um trato a nível diplomático diferente de um brasileiro, até o nosso documento é diferente; vocês têm RG, a gente tem RNE, que é Registro Nacional de Estrangeiro. Como você pode não se sentir estrangeiro? Todo ano você tem que renovar o visto. Tem que pagar todo ano. (...) Como uma pessoa pode não se sentir estrangeiro se todo ano você tem que acordar e pensar que... (...) você não é estrangeiro, ainda?

Interessante notar que, de acordo com esse estudante, ser estrangeiro, mais do que estar relacionado às obrigações burocráticas no Brasil, é afirmar seu pertencimento nacional. A diáspora, para ele, negaria a importância de se reconhecer do lugar onde nasceu, onde foi criado, lugar onde foram construídos valores que devem ser conservados em qualquer outro lugar do mundo. Tal perspectiva evoca a maneira como Simmel (1983, p. 182-83) qualifica o estrangeiro, caracterizando-o pelo tipo de sociabilidade desenvolvida com o grupo com o qual interage. Nos termos do autor, ela é marcada pelo reconhecimento da distância presente nas relações entre agentes sociais fisicamente próximos.

Por outro lado, discursos como os de Abdu reforçam a constituição de uma identidade de diáspora, de múltiplo pertencimento. No entanto, essa percepção está longe de ser hegemônica entre os estudantes. De maneira geral, observamos que a auto-qualificação dos estudantes como sujeitos diaspóricos é mais comum entre aqueles que estão há mais de 10 anos fora de seu país de origem, muitos dos quais, inclusive, oriundos de famílias com histórico de migração de longa duração. Já os estudantes que estão no Brasil para seus estudos de graduação tendem a se caracterizar como estrangeiros. Nota-se, pois, que o tempo decorrido desde a saída de seus países de origem é uma variável importante na configuração do modo como esses sujeitos dão sentido a suas respectivas condições e trajetórias sociais.

3. Pertencimento nacional e processos identitários

Em Brasília, estudantes guineenses, são-tomenses e cabo-verdianos reclamam da falta de espaços que evoquem a “África”, como o Centro de Estudos Africanos, a Casa das Áfricas, as disciplinas nos cursos de Ciências Sociais e História sobre o continente

africano e a discoteca africana Sambarilove em São Paulo. As experiências no Brasil são vividas de maneiras diversas nas duas cidades pelas diferenças de sociabilidade. Tais espaços representariam um encontro com o país natal e marcariam uma reconfiguração de si mesmos, já que a busca por locais de pertencimento evoca, ao mesmo tempo, um reforço simbólico de aproximação a tal país em tal continente e um distanciamento dos estereótipos adquiridos nas universidades e nas cidades, principalmente aqueles relacionados ao “africano” ou ao negro brasileiro. Um estudante guineense disse uma vez:

Foi aqui em São Paulo que percebi que eu queria saber mais sobre meu continente, a África, os outros países, porque as pessoas perguntam e eu queria saber mais para falar. Quando eu estava nos Estados Unidos em janeiro deste ano, os negros lá, os black man, adoraram me conhecer, nossa, você é da África, de onde vieram nossos parentes... Eles sabem que são descendentes de africanos, mas não sabem de que país, então queriam saber e eu resolvi fazer uma disciplina de História da África aqui. Quando voltar, poderei explicar melhor.

A posição de um estudante são-tomense mostra um outro ponto de vista, diferente desse segundo o qual é possível (re)encontrar a África em São Paulo. Nas férias de julho de 2008 ele foi para Viçosa, Minas Gerais, para a formatura de um amigo de seu país. Assim que ele voltou para São Paulo, afirmou que “lá que era cidade”, bem diferente dali onde ele morava, lá é que parecia “nossas Áfricas”. Sugeriu então que as cidades pequenas no Brasil é que lembrariam seu país e outros países africanos, pelo tamanho, pela “hospitalidade” das pessoas, pela tranquilidade. São Paulo, nesse sentido, seria a antítese de uma aproximação com o continente africano.

Os padrões de sociabilidade entre os estudantes são elaborados através das relações que constroem entre si e essas acontecem com maior intensidade e profundidade, sobretudo entre aqueles que compartilham a mesma origem nacional. Tal tendência se manifesta nos seguintes fatos, entre outros: 1) os estudantes que se juntam para compartilhar uma moradia entre si, são, em geral, da mesma nacionalidade; 2) relações afetivas e sexuais mais duradouras, como namoros e casamentos e a geração de filhos, geralmente se desenvolvem entre pessoas da mesma origem nacional; e 3) no cotidiano da vida universitária e em seus momentos de lazer, como a ida ao

restaurante universitário e a festas, alunos de uma mesma nacionalidade tendem a interagir de forma sensivelmente mais intensa.

Para os africanos, são nítidas as diferenciações de nacionalidade, de língua, enfim, os africanos são muitos, e o fato de estudarem muitas pessoas vindas de todos os países africanos de língua portuguesa não significa, como querem alguns, que eles constituam uma comunidade, freqüentem os mesmos lugares, falem a mesma língua.

Importante ressaltar que muitos dos trabalhos que abordam os processos migratórios envolvendo estudantes estrangeiros de países de língua portuguesa referem-se às identidades desses sujeitos como um artefato produzido pela própria dinâmica que caracteriza este tipo de deslocamento. Nesse sentido, fala-se de identidade como uma referência a vivências, experiências, novas posições de sujeito que são incorporados pelos agentes no decorrer do tempo, nos contextos universitários dos países que os recebem. Termos como identidade híbrida, processos identitários múltiplos e complexos, identidades cruzadas, identidades rompidas, identidade possível, referenciais identitários, problemas identitários (Gusmão: 2005;2008); marcas identitárias (Mungoi: 2007); transformação identitária, processos de reconstrução identitários, identidades em reconstrução, múltiplas identidades sociais (Costa: 2008); reconstrução de memórias, identificação (Subuhana: 2005); produtos identitários diferenciados, reconfigurações identitárias (Vieira: 2008) evocam todos a multiplicidade de mediações e constrangimentos que se impõem aos processos mediante os quais os estudantes atribuem inteligibilidade a suas trajetórias. Em todos esses trabalhos, de maneira explícita ou não, os pesquisadores estão preocupados em compreender os processos de subjetivação produzidos em decorrência da migração, a partir das questões levantadas por seus interlocutores, que se pensam através das experiências de contato com o novo. Como bem escreveu Neusa Gusmão (2005, 69), “mais do que o ‘outro’ como preocupação, a história do contato entre os povos coloca em jogo a identidade própria e, como tal, expõe a insegurança de se saber ‘quem sou eu?’”. A mobilidade de estudantes impulsionada pelo PEC-G proporciona a construção de olhares perspectivados, a partir de encontros e desencontros com agentes e espaços múltiplos no Brasil, cujos impactos sobre os alunos brasileiros também merecem atenção etnográfica.

4. Considerações Finais

Os confrontos e os conflitos surgidos logo na chegada ao Brasil, o contato com as diferenças de práticas de ensino, de língua, de sociabilidade, a questão racial e as expectativas em relação ao término dos estudos, tudo isso é parte de uma dimensão mais ampla de revisão das identidades dos estudantes. É no contexto das universidades que esses estudantes vindos de países africanos de língua portuguesa repensam sua posição no mundo. É por meio das imagens no espelho, diante de situações diferentes daquelas vividas em seus países de origem, que a percepção de si mesmos passa por constante modificação. Sabemos, contudo, que as experiências que dão origem às reconfigurações identitárias desses sujeitos não cessam de existir com o término do vínculo diplomático com o Brasil e também não se iniciam com ele.

Embora a vinda ao Brasil seja regulada por uma política pública internacional, as redes sociais pelas quais esses estudantes circulam em seus países de origem operam como condicionantes importantes na conformação de suas escolhas. Vários estudantes, tanto em Brasília como em São Paulo, alegam ser as novelas brasileiras da Rede Globo de Televisão um grande motivo para querer estudar no país. As imagens relacionadas ao Rio de Janeiro ficam tão arraigadas na mente dos estudantes, que quando chegam a Brasília ou a São Paulo, é grande a surpresa com a nova realidade que lhes salta aos olhos, como o frio paulistano, as favelas, ou o fato da capital do país não possuir mar e praias. Mesmo quando o estudante entra em contato com as histórias de pessoas que já estiveram aqui, é através das novelas que se criam, em grande medida, o referencial do que eles pensam que encontrarão. Dentre os fatores destacados pelos estudantes para justificar a vinda ao Brasil, históricos de migração de familiares e amigos para esse país são recorrentemente evocados. Nesse sentido, vir para o Brasil é uma decisão de caráter coletivo, conversada com pais, parentes e amigos. O projeto de estudar fora de seu país de origem faz parte de um processo mais amplo que envolve as escolhas de outras pessoas da família que já moraram em outros países ou ainda moram. Seja pela televisão ou pela relação com conterrâneos que vivenciam ou vivenciaram a experiência de estudantes no Brasil, nota-se a influência dessas redes na intensa circulação de pessoas que

buscam conquistar seu espaço obtendo competências no exterior. (Almeida, 2004, p. 10).

As dinâmicas migratórias, como as que envolvem os estudantes estrangeiros lusófonos nas universidades brasileiras, podem lançar novos instrumentos de análise para se pensar as complexas realidades produzidas por programas de cooperação internacional. Embora não tenhamos informações que indiquem quantos desses estudantes permanecem no país depois de terminarem seus estudos vinculados ao PEC-G, sabe-se que algumas pessoas decidem permanecer no Brasil, seja para trabalhar, seja para dar continuidade a seus estudos na pós-graduação. Somam-se a isso as relações estabelecidas com alunos brasileiros ou estrangeiros de outros países e que não desaparecem com o deslocamento da volta, pois as tecnologias de comunicação – como internet ou telefone – permitem que as memórias passadas e os contatos acerca do presente não se esvaziem com as distâncias geográficas. São dinâmicas, nesse sentido, que fundam práticas estabelecidas no e com o tempo, por isso denominadas duradouras.

Por fim, é importante notar que para os estudantes estrangeiros abordados neste texto, o passado colonial partilhado entre o Brasil e seus países de origem diante de Portugal não se mostrou, ao longo da pesquisa, objeto de elaboração simbólica e identitária, à diferença do que ocorre com estudantes desse mesmo perfil em terras lusitanas, tal como exploram Costa (2008) e Gusmão (2005).³ A princípio isso parece ser produto do próprio jogo de espelhos que estrutura as reconfigurações identitárias dos sujeitos envolvidos em práticas de circulação internacional. Na medida em que para os brasileiros o passado colonial não é tomado, no espaço público, como variável explicativa na configuração das situações vividas cotidianamente, ele também não se faz presente no discurso dos estudantes estrangeiros. Já em Portugal, onde a questão do império colonial goza de grande força simbólica, ela é recorrentemente trazida à tona pelos estudantes oriundos de países de língua oficial portuguesa a fim de dar sentido a suas experiências.

Os conflitos vividos no Brasil são fontes de aprendizado e colocam em perspectiva configurações identitárias, que são reestruturadas a partir das experiências e especificidades do país, como as que foram trabalhadas ao longo do artigo. Isso aponta

³ Assim, de acordo com Costa (2008), a ida de estudantes moçambicanos para Portugal é dimensionada pelas imagens que têm da colonização, mesmo que quase todos tenham nascido num país já independente.

para a importância de estudos que revelem a complexidade de novas redes de existência dentro das universidades brasileiras e que tipos de realidades elas assumem quando adentram um espaço mais amplo de formação de elites nos países de origem dos estudantes, uma agenda de pesquisa a ser devidamente explorada em oportunidade futura.

Referências Bibliográficas

AGIER, Michel. “Distúrbios Identitários em Tempos de Globalização”. In MANA, vol. 7, nº2, 2001. p. 7-33.

ALMEIDA, Ana Maria F., CANÊDO, Letícia Bicalho, GARCIA, Afrânio, BITTENCOURT, Agueda Bernadete (Orgs.). Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

ALPERS, Edward A. Estudo da África de língua portuguesa: retrospectiva e perspectiva. In: Estudos Afro-Asiáticos 32. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 1997, p.221-235.

BARTH, Fredrik. Metodologias comparativas na análise dos dados antropológicos. In: LASK, Tomke (org.) O guru, o iniciador e outras variações antropológicas. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000. p. 187-200.

BOAS, Franz. “As limitações do método comparativo da antropologia, 1896”. In: CASTRO, Celso (org.). Antropologia Cultural. 2 edição. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

_____ O Poder Simbólico. Bertrand Brasil, 2006.

BRASÍLIA, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Manual do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – PEC-G. Brasília, 2000.

COSTA, Ana Bénard. Estudantes Moçambicanos em Lisboa: dinâmicas identitárias e processos de mudança social e cultural. Comunicação Final apresentada na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Negros, Estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

GAZZOLA, Ana Lúcia Almeida e ALMEIDA, Sandra Goulart (Orgs.). Universidade: cooperação internacional e diversidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

GUSMÃO, N. M. M. Os Filhos da África em Portugal: antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

_____. Diáspora africana: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008.

HALL, Stuart. Da Diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

JARDIM, Denise Fagundes (org.). Cartografias da Imigração: Interculturalidade e Políticas Públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARGARIDO, Alfredo. A Lusofonia e os Lusófonos: novos mitos portugueses. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000.

MUNGOI, Dulce Maria Domingos Chalé João. Alteridades e fluxos migratórios no “atlântico negro”: estudantes africanos no Sul do Brasil. In: Cartografias da Imigração: interculturalidade e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 189-215.

RIBEIRO, Gustavo Lins. A condição da transnacionalidade. Cultura e Política no mundo contemporâneo. Brasília: UnB, 2000. p. 93-129.

SAYAD, Abdelmalek. A Imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SILVA, Kelly Cristiane da. A Cooperação Internacional como Dádiva. Algumas Aproximações. In: MANA, abril 2008, vol.14, nº1, p.141-171.

SIMMEL, Georg. O estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo (Org.), Sociologia: Simmel. São Paulo: Ática, 1983, p. 182-188.

SUBUHANA, Carlos. Estudar no Brasil: imigração temporária de estudantes moçambicanos no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, ESS, 2005.

_____. O estudante convênio: a experiência sócio-cultural de universitários da África Lusófona em São Paulo, Brasil. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008.

TRAJANO FILHO, W. A criouliização na Guiné-Bissau: um caso singular. In: Estudos Afro-Asiáticos 1-2-3. Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 2005, p. 57-102.

VIEIRA, Ricardo. Reconfigurações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, 1 a 4 de junho de 2008.